

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
19ª Sessão Ordinária de 2017

Dia: 10/10/2017

Hora: 14:00 horas

Local: Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público – SAF Sul, Quadra 2, Lote 3 –
Brasília-DF

PAUTA DESTA SESSÃO

PARTE I - PROCESSOS FÍSICOS

1) Aprovação da Ata da 18ª Sessão Ordinária (03/10/2017).

1.A) Exposição da Secretária Nacional de Cidadania, Dra. Flávia Piovesan.

Processos desta Sessão (10/10/2017)

2) Pedido de Providências n.º 0.00.000.000738/2011-38

Requerentes: Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – CFOAB; Hélia Maria de Oliveira Bettero – Procuradora-Geral da União; Marcelo de Siqueira Freitas – Procurador-Geral Federal

Assunto: Solicita providências acerca dos limites da utilização de ameaças de responsabilização pessoal nas recomendações feitas pelos membros do Ministério Público.

Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva

Origem: Distrito Federal

3) Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho n.º 0.00.000.001196/2014-63 (Recurso Interno) (Apenso: Processo n.º 0.00.000.000272/2013-32)

Recorrente: Associação do Ministério Público do Estado da Bahia – AMPEB

Advogado: Manoel Joaquim Pinto Rodrigues da Costa – OAB/BA n.º 11.024

Recorrido: Ministério Público do Estado da Bahia

Assunto: Requer o cumprimento da decisão proferida no Processo CNMP n.º 0.00.000.000272/2013-32, que determinou ao Ministério Público do Estado da Bahia o pagamento aos aposentados e pensionistas da parcela autônoma de equivalência do período de setembro de 1994 a setembro de 2001.

Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta

Origem: Bahia

- 4) Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.000011/2017-46
Requerente: Comissão da Infância e Juventude
Requeridos: Ministério Público do Estado da Paraíba; Ministério Público do Trabalho no Estado da Paraíba
Assunto: Visa apurar a atuação do Ministério Público do Estado da Paraíba e de membro do Ministério Público do Trabalho no Estado da Paraíba em caso de violência contra crianças e adolescentes.
Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva – Presidente da Comissão da Infância e Juventude
Origem: Distrito Federal
- 5) Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.000119/2017-39
Requerente: Comissão da Infância e Juventude
Assunto: Visa realizar visita técnica no Estado de Pernambuco em relação ao sistema socioeducativo, conforme previsto no Plano de Ações da Comissão de Infância e Juventude.
Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva – Presidente da Comissão da Infância e Juventude
Origem: Distrito Federal

PARTE II - PROCESSOS ELETRÔNICOS

Processos com Pedidos de Vista

Pedido de Vista em 04/07/2017

- 1) Pedido de Providências n.º 1.00717/2016-53
Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo
Requerido: Ministério Público Federal
Objeto: Ministério Público Federal. Conflito de atribuições. Ofensa a autonomia funcional do Ministério Público do Estado de São Paulo. Controle externo da atividade policial. Manifestações populares em vias públicas.
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Origem: São Paulo
Vista: Cons. Gustavo do Vale Rocha

Pedido de Vista em 05/07/2017

- 2) Proposição n.º 1.00056/2017-10
Requerente: Conselheiro Cláudio Henrique Portela do Rego
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Obrigatoriedade de correições e inspeções no âmbito do Ministério Público da União e dos Estados. Sistema de Avaliação pelas Corregedorias. Aferição de eficácia social. Sistema Nacional de Correições e Inspeções.
Relator: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Fábio Bastos Stica

Pedidos de Vista em 08/08/2017

- 3) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00062/2016-50
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Amazonas
Interessado: David Evandro da Costa Carramanho
Objeto: Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Amazonas. Procedimento Administrativo nº 9982/04-PGJ. Portarias 753/93/PGJ e 792/93/PGJ. Pagamento adicional de tempo de serviço e vantagem pessoal pelo exercício de função a membro do Parquet, sem observância da prescrição quinquenal. Processo apenso ao Pedido de Providências n.º 0.00.000.000028/2006-41.
Relator: Cons. Dermeval Farias Gomes Filho
Origem: Amazonas
Vista: Cons. Fábio Bastos Stica
- 4) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00741/2016-65
Requerente: Tamar Oliveira Luz Dias
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Declaração de Vacância. Decisão instrumentada no Ato nº 372/2016, da Procuradoria Geral de Justiça do Estado da Bahia. Direito à declaração de vacância, em razão de posse em outro cargo público. Possibilidade de recondução.
Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva
Origem: Bahia
Vista: Cons. Fábio Bastos Stica
- 5) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00931/2016-91
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Cumprimento. Art. 4º, parágrafo único, da Resolução CNMP nº 09/2006. Teto Remuneratório. Período de 2011 a 2016.
Relator: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior
Origem: São Paulo
Vista: Cons. Fábio Bastos Stica

Processo com julgamento iniciado

- 6) Proposição nº 1.00059/2015-09
Proponente: Jeferson Luiz Pereira Coelho
Objeto: Proposta de Resolução que institui órgãos de Controle Interno no Ministério Público Brasileiro.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Distrito Federal

Processos Remanescentes

Incluído na Pauta da 13ª Sessão Ordinária (26/07/2016)

- 7) Procedimento de Controle Administrativo n.º 1.00230/2015-90
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Objeto: Ministério Público do Estado de Pernambuco. Servidores cedidos de outros órgãos. Acúmulo de funções de membros. Insuficiência de servidores. Relatório Conclusivo da Inspeção. Teor das proposições 31.1.2, 31.1.8b, 31.1.10, 31.2.9, 31.2.10 e 31.2.12.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Pernambuco

Incluído na Pauta da 9ª Sessão (09/05/2017)

- 8) Pedido de Providências n.º 1.00506/2016-84 (Recurso Interno)
Recorrente: Maria Clara Mendonça Perim
Recorrido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Objeto: Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Procuradoria de Justiça Cível. Violação do Princípio do Promotor Natural.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Espírito Santo

Incluído na Pauta da 11ª Sessão (13/06/2017)

- 9) Processo Administrativo Disciplinar n.º 1.00700/2016-23
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo
Advogado: Rodrigo Sproesser Novas – OAB/SP n.º 314.176
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo. Instauração de Processo Administrativo Disciplinar. Portaria CNMP-CN n.º 169/2016.
Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 12ª Sessão (27/06/2017)

- 10) Nota Técnica n.º 1.00190/2015-21
Requerente: Conselheiro Walter de Agra Júnior
Objeto: Nota Técnica sobre Propostas de Emenda Constitucional de redução da idade mínima de admissão ao trabalho e emprego.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Distrito Federal

- 11) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00780/2016-90 (Apenso: Processo nº 1.00871/2016-34)
Requerente: José Carlos Paes
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Interessados: Cristiana Teixeira Piauhyllino Monteiro; Luiz Piauhyllino de Mello Monteiro Filho
Advogado: Cairo Roberto Bittar Hamu Silva Junior – OAB/DF nº 17.042
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Compras de salas comerciais em Brasília. Ausência de procedimento licitatório. Divulgação em matérias jornalísticas. Supostas afrontas aos princípios da Administração Pública.
Relator: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior
Origem: Rio de Janeiro
- 12) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00376/2017-15
Requerente: Leandro Lara Moreira
Requerido: Escola Superior do Ministério Público da União
Objeto: Ministério Público da União. Escola Superior. Programa de Pós-Graduação. Edital-ESMPU 101/2016. Indeferimento de participação. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta
Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 13ª Sessão (25/07/2017)

- 13) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00458/2017-79
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público Militar
Advogado: Ivan Moraes Ribeiro – OAB/DF nº 44.785
Objeto: Ministério Público Militar. Descumprimento de deveres funcionais. Lei Complementar nº 75/1993. Abandono de cargo em decorrência de falta injustificada.
Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire
Origem: Distrito Federal

Processos desta Sessão (10/10/2017)

- 14) Procedimento Avocado nº 1.00374/2015-28
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Interessado: Membro do Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Decisão exarada na Avocação nº 0.00.000.000779/2015-58, referente à Reclamação Disciplinar nº 0.00.000.001616/2014-10, Processo Administrativo Disciplinar nº 003.0.173188/2014, em trâmite no Ministério Público do Estado da Bahia. Apenso Processo Administrativo Disciplinar Ordinário 173188/2014.
Relator: Cons. Valter Shuenquener de Araújo
Origem: Distrito Federal

- 15) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00415/2015-40 (Embargos de Declaração)
Embargante: Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Embargado: Lorenzo Silva de Pazolini
Advogado: Marcus Felipe Botelho Pereira – OAB/ES n.º 8258
Interessado: Ordem dos Advogados do Brasil Seccional do Espírito Santo
Objeto: Sustar. Efeitos da decisão do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Anulação de questões. Concurso Público para ingresso na carreira do Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Edital nº 1 – MPE/ES/2010.
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta
Origem: Espírito Santo
- 16) Reclamação Disciplinar nº 1.00273/2016-29 (Embargos de Declaração)
Embargante: Roberto Maynard Frank
Advogados: Pedro Correa Pertence – OAB/DF n.º 33919; Evandro Luis Castello Branco Pertence – OAB/DF n.º 11841
Embargados: Membros do Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público do Estado da Bahia.
Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire
Origem: Bahia
- 17) Pedido de Providências nº 1.00299/2016-40 (Embargos de Declaração)
Embargante: Ministério Público do Estado de São Paulo
Embargado: José Carlos Cruz
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Promotoria de Justiça do 1º Ofício de Cajamar. Acesso a Inquérito Civil fora de Cartório para extrair cópias e fazer apontamentos. Negativa de liberação de vista dos autos a advogado para retirá-los em carga. Cobrança de taxas altas para extração de cópias. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva
Origem: São Paulo
- 18) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00360/2016-59
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Objeto: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Desconstituição de decisões nos autos do Procedimento Administrativo nº 08190.041530/04-18, que prorrogaram prazo para entrega de tese de doutorado do Promotor de Justiça Roberto Carlos Batista.
Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva
Origem: Distrito Federal

- 19) Pedido de Providências nº 1.00389/2016-30 (Recurso Interno)
Recorrentes: Roberto Carlos Soares Figueiredo; Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Pará – SISEMPPA
Recorrido: Ministério Público do Estado do Pará
Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Reajuste anual dos servidores. Descumprimento da Resolução CNMP nº 53/2010. Necessidade de apresentação de anteprojeto de lei sobre reajuste salarial.
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Origem: Pará
- 20) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00398/2016-21
Requerente: Clovis Amauri Smaniotto
Advogados: Alexandre Bastos – OAB/MS n.º 6.052; Bento Adriano Monteiro Duailibi – OAB/MS n.º 5.452
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul
Objeto: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul. Sindicância nº 10/097/CGMP/2013.
Relator: Cons. Valter Shuenquener de Araújo
Origem: Mato Grosso do Sul
- 21) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00419/2016-54
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Trabalho
Objeto: Ministério Público do Trabalho. Apuração. Irregularidades. Comissões instituídas pela Procuradoria Geral do Trabalho. Suposto descumprimento de princípios e deveres constitucionais de eficiência e de atuação em conformidade com o interesse público. Inspeção n.º 0.00.000.000903/2015-25.
Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva
Origem: Distrito Federal
- 22) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00562/2016-37 (Embargos de Declaração)
Embargante: Williams João Silva
Advogados: Adeildo Nunes – OAB/PE n.º 8.914; Plínio Leite Nunes – OAB/PE n.º 23.668; Caroline do Rego Barros Santos – OAB/PE n.º 32.753; Clarissa do Rego Barros Nunes – OAB/PE n.º 38.823
Embargado: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Acre. Instauração de processo administrativo disciplinar. Recebimento de terras do Programa Nacional de Reforma Agrária. Conduta incompatível com o cargo.
Relator: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior
Origem: Distrito Federal

- 23) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00610/2016-32
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Ceará
Advogados: José Francisco Ferreira Rebouças – OAB/CE n.º 4697; Daniele de Araujo Gomes Vasconcelos – OAB/CE n.º 24.922
Objeto: Portaria CNMP-CN n.º 137/2016. Processo Administrativo Disciplinar. Membro do Ministério Público do Estado do Ceará. Decisão exarada na RD n.º 0.00.000.00048/2016-93. Negligência no exercício da função.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Distrito Federal
- 24) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00663/2016-26 (Embargos de Declaração)
Embargante: Maria dos Remédios Figueiredo Serra
Advogado: Carlos Dias Carneiro Neto – OAB/MA n.º 7.262
Embargado: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Maranhão. Ausência a diversas sessões do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado do Maranhão. Descumprimento do dever funcional. Base na RD nº 1.00526/2016-73.
Relator: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior
Origem: Distrito Federal
- 25) Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho nº 1.00782/2016-05 (Embargos de Declaração)
Embargante: Ministério Público do Estado do Piauí
Embargados: Ana Cecília Rosário Ribeiro; Antonio Rodrigues de Moura; Cleandro Alves de Moura; Fernando Ferreira dos Santos; Flávio Teixeira de Abreu Júnior; Luciano Lopes Nogueira Ramos; Marcelo de Jesus Monteiro Araújo; Maria do Amparo de Sousa; Myrian Gonçalves Pereira do Lago; Nielsen Silva Mendes Lima; Rita de Fátima Teixeira Moreira e Souza; Vando da Silva Marques
Objeto: Ministério Público do Estado do Piauí. Cumprimento. Decisões. Processos nº 0.00.000.000865/2014-80, 0.00.000.001524/2014-21 e 1.00319/2016-19. Determinação de republicação dos Editais nº 003/2016 a 008/2014 pelo Conselho Superior. Promoção/Remoção. Entrância Final. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Lauro Machado Nogueira
Origem: Piauí
- 26) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00806/2016-90 (Embargos de Declaração)
Embargante: Gustavo Henrique Cantanhede Morgado
Advogados: José Francisco Ferreira Rebouças – OAB/CE n.º 4697; Daniele de Araújo Gomes Vasconcelos – OAB/CE n.º 24.922; Luiz Fernando Ferreira Gallo – OAB/DF n.º 15.411
Embargado: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Ceará. Instauração de processo administrativo disciplinar. Portaria CNMP-CN nº 215/2016.
Relator: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior
Origem: Distrito Federal

- 27) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00807/2016-44
Requerentes: Luiz do Valle Miranda Junior; Odete do Valle Miranda
Advogado: Walmir Hugo Pontes dos Santos Junior – OAB/PA n.º 15.317
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará
Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Suspensão. Recomendação para que a Secretaria de Estado de Segurança Pública e o Comando Geral da Polícia Militar se abstenham de efetivar reintegrações de posse sem a existência de decisão judicial, ainda que nas hipóteses previstas no art. 1.120, § 1º, do Código Civil. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Pará
- 28) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00928/2016-22 (Embargos de Declaração)
Embargante: Luciano Rocha Santana
Embargado: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Objeto: Portaria CNMP-CN nº 256/2016. RD nº 1.00216/2016-12. Processo Administrativo Disciplinar. Membro do Ministério Público do Estado da Bahia. Infração Disciplinar.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Distrito Federal
- 29) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00939/2016-20 (Embargos de Declaração)
Embargante: Ministério Público do Estado da Paraíba
Embargado: Conselho Nacional do Ministério Público
Objeto: Ministério Público do Estado da Paraíba. Cumprimento. Art. 4º, parágrafo único, da Resolução CNMP nº 09/2006. Teto Remuneratório. Período de 2011 a 2016.
Relator: Cons. Valter Shuenquener de Araújo
Origem: Distrito Federal
- 30) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.00960/2016-71
Requerente: Francisco Gonçalves Riccio
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Promotoria da Defesa da Ordem Econômica e Tributária da Capital. Alegação de inércia. Apuração de denúncias de improbidade administrativa e irregularidades licitatórias envolvendo a gestão municipal de Belo Horizonte.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Minas Gerais
- 31) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00965/2016-40 (Embargos de Declaração)
Embargante: Luis Gustavo Patuzzi Bortoncello
Advogado: Luis Carlos Parreiras Abritta – OAB/MG n.º 58.400
Embargado: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Impedimento de atuação. Portaria CNMP-CN nº 257/2016. Baseada na RD nº 0.00.000.000252/2016-12.
Relator: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior
Origem: Distrito Federal

- 32) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00969/2016-64
Requerente: Conselheiro Fábio George Cruz da Nóbrega
Requerido: Ministério Público do Estado de Sergipe
Objeto: Ministério Público do Estado de Sergipe. Anulação da Resolução nº 013/2016-CPJ, editada pelo Colégio de Procuradores de Justiça. Reconhecimento da retroatividade ao auxílio alimentação. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Distrito Federal
- 33) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01007/2016-87 (Embargos de Declaração)
Embargante: Eduardo Brasil Dantas
Embargado: Ministério Público do Estado do Amapá
Objeto: Ministério Público do Estado do Amapá. Art 70, X, da Lei n.º 066/93, que dispõe sobre o Regime Único dos Servidores Públicos Estaduais. Art. 52 da Constituição Estadual. Adicional de interiorização para servidores lotados nas comarcas do interior. Requer a regulamentação do dispositivo pelo Ministério Público do Estado do Amapá.
Relator: Cons. Valter Shuenquener de Araújo
Origem: Amapá
- 34) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.01032/2016-42
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado da Bahia
Advogado: Manoel Joaquim Pinto Rodrigues da Costa – OAB/BA n.º 11.024
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado da Bahia. Excesso de prazo. Descumprimento de prazo processual. Portaria CNMP-CN nº 271/2016. Com base na RD CNMP nº 1.00617/2016-18.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Distrito Federal
- 35) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.00005/2017-33
Requerente: Ademir Silva Serra
Requerido: Ministério Público Federal no Estado do Maranhão
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Maranhão. Excesso de prazo. Conclusão do Inquérito Civil nº 1.19.000.000711/2014-61. Procuradoria da República. Descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal.
Relator: Cons. Valter Shuenquener de Araújo
Origem: Maranhão

- 36) Pedido de Providências nº 1.00006/2017-97 (Recurso Interno)
Recorrente: Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil
Advogados: Oswaldo Pinheiro Ribeiro Junior – OAB/DF n.º 16.275; Priscilla Lisboa Pereira – OAB/DF n.º 39915
Recorridos: Ministério Público Federal; Tiago Modesto Rabelo
Objeto: Ministério Público Federal. Recomendação MPF-PRM/ILH-GAB 03 N.º 05/2016. Pagamento de honorários advocatícios nos contratos celebrados entre advogados e a Administração Pública. Valores repassados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF, atual FUNDEB. Suposta violação de prerrogativas da classe dos Advogados. Pedido de anulação da referida Recomendação.
Relator: Cons. Valter Shuenquener de Araújo
Origem: Bahia
- 37) Reclamação Disciplinar nº 1.00054/2017-02 (Recurso Interno)
Recorrente: Joseli Damasceno Abib
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de São Paulo.
Relator: Cons. Valter Shuenquener de Araújo
Origem: São Paulo
- 38) Pedido de Providências nº 1.00081/2017-85 (Embargos de Declaração)
Embargante: Associação do Ministério Público do Estado da Bahia
Advogado: Manoel Joaquim Pinto Rodrigues da Costa – OAB/BA n.º 11.024
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Divulgação de notícias acerca de sanções disciplinares aplicadas a membros do Ministério Público do Estado da Bahia. Exposição e suposta violação da imagem pessoal. Pedido de Liminar.
Relator: Cons. Valter Shuenquener de Araújo
Origem: Bahia
- 39) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00082/2017-39
Requerentes: João Paulo de Freitas Souza; Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado da Bahia
Advogado: Thiago Pimentel Santiago – OAB/BA n.º 32.925
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Acúmulo de atribuições. Promotoria de Justiça de Alagoinhas. Ausência de servidores lotados em Comarcas vizinhas. Desrespeito à Lei nº 8.966/93.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Bahia

- 40) Pedido de Providências nº 1.00237/2017-55 (Embargos de Declaração)
Embargantes: Charlane Gallisa Rocha; Janete Ribeiro dos Santos; Laís Albuquerque Antunes; Liliane Coelho Flausino; Maria Ester Tartuce; Rildo Brito Costa; Zilda Wahrendorff Caldas
Advogado: Fabio Fontes Estillac Gomez – OAB/DF n.º 34.163
Embargado: Ministério Público Federal
Objeto: Ministério Público Federal. Procuradoria Geral da República. Processo Administrativo nº 1.00.000.006074/2015-99. Revisão da Portaria PGR nº 142/91. Exercício de Funções de Assessoramento Superior (FAS), previstas no Decreto nº 200/67. Lapso temporal entre a extinção da função pela Lei nº 8.112/90 e a Portaria nº 142/91. Retroatividade para incorporação a proventos de aposentadoria.
Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva
Origem: Distrito Federal
- 41) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00241/2017-78 (Embargos de Declaração)
Embargante: Maria Marília Oliveira Calado
Embargado: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Objeto: Membro do Ministério Público Federal no Estado de Pernambuco. Comparecimento ao expediente forense. Procuradoria da República na Comarca de Garanhuns. Morosidade na instrução de procedimentos extrajudiciais. Baseada na Sindicância CNMP nº 0.00.000.000448/2016-07 e na Correição CNMP nº 0.00.000.000463/2016-47.
Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire
Origem: Distrito Federal
- 42) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00266/2017-35
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Trabalho
Objeto: Ministério Público do Trabalho. Conselho Superior. Resolução n.º 130/2016 e n.º 137/2016. Criação de Subcâmaras de Coordenação e Revisão e Coordenadorias Temáticas Nacionais. Usurpação das competências da Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Trabalho. Afronta ao princípio constitucional da legalidade. Pedido de anulação das Resoluções.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Distrito Federal
- 43) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.00354/2017-19 (Embargos de Declaração)
Embargante: Adenilson Antonio Mota de Sousa
Embargado: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Inércia. Apuração. Arquivamento. Procedimento Preliminar Correicional nº 130/2014 – CGMP. Curadoria de Defesa do Patrimônio Público. Comarca de Araguari.
Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva
Origem: Minas Gerais

- 44) Pedido de Providências nº 1.00390/2017-82
Requerente: Estado do Amapá
Requerido: Ministério Público do Estado do Amapá
Objeto: Ministério Público do Estado do Amapá. Ajuizamento de ação civil pública contra Governador. Processos n.º 0041152-11.2016.803.0001, n.º 0053592-39.2016.803.0001 e n.º 0002637-07.2016.8.03.0000. Usurpação de competência do Procurador-Geral de Justiça por parte de Promotor de Justiça. Lei Complementar n.º 89/2015. Pedido de afastamento.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Amapá
- 45) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00413/2017-12 (Recurso Interno)
Recorrente: Sergio Antônio Bins
Recorrido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Conselho Superior. Cassação da aposentadoria. Improbidade Administrativa. Alegação de nulidade de prova, atipicidade de conduta e inexistência de atos de improbidade. Suposta inconstitucionalidade e ilegalidade da pena. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire
Origem: Rio Grande do Sul
- 46) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00414/2017-76
Requerente: Maria das Graças do Monte Teixeira
Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí
Objeto: Ministério Público do Estado do Piauí. Conflito de atribuições. Decisão do Colégio de Procuradores de Justiça. Defesa do direito do consumidor. Falta de estrutura para desempenho das atribuições.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Piauí
- 47) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00444/2017-00
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Objeto: Membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Utilização de expressões inapropriadas em face do Corregedor-Geral do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Portaria CNMP-CN nº 109/2017. Baseado na Sindicância n.º 0.00.000.000038/2017-39.
Relator: Cons. Valter Shuenquener de Araújo
Origem: Distrito Federal
- 48) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00447/2017-70 (Recurso Interno)
Recorrente: Conselheiro Fábio George Cruz da Nóbrega
Recorrido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Resolução n.º 078/2017 – PGJ/RN. Regulamentação da conversão em pecúnia de férias e licença-prêmio não gozadas por necessidade do serviço. Necessidade de serviço. Presunção. Arguição de nulidade da referida Resolução. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Origem: Distrito Federal

- 49) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00461/2017-38
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de Goiás
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado de Goiás. Excesso de prazo sem justo motivo em lançar relatório e voto no Pedido de Providências nº 201500499620. Falta funcional. Falta de zelo pela regularidade e celeridade no andamento de processo administrativo.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Distrito Federal
- 50) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00469/2017-77
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Lei Complementar nº 0416/2010. Infração disciplinar. Agressão física e moral. Conduta privada reprovável e incompatível com exercício do cargo. Reclamação Disciplinar nº 1.00159/2017-16.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Distrito Federal
- 51) Pedido de Providências nº 1.00511/2017-40 (Recurso Interno)
Recorrentes: Esdras Guimarães Pinto; Paulo Pinto
Recorrido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Objeto: Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Membro da 1ª Turma do Colegiado Recursal dos Juizados Especiais. Denúncia apresentada no Juizado Especial. Habeas Corpus. Parecer do Parquet pela denegação da ordem. Pedido de Liminar.
Relator: Cons. Valter Shuenquener de Araújo
Origem: Espírito Santo
- 52) Pedido de Providências nº 1.00547/2017-06 (Recurso Interno)
Recorrentes: Banco Bradesco Financiamento S/A; Banco Bradesco S/A
Recorridos: Ministério Público do Trabalho; Procuradoria Regional do Trabalho da 12ª Região – SC
Objeto: Ministério Público do Trabalho no Estado de Santa Catarina. Inquérito Civil nº 000085.2005.12.000/0. Exigência de apresentação de documentos relativos a programa de objetivos do banco. Requisição de inquérito policial. Designação de audiência sob condução coercitiva sem autorização judicial. Supostas ilegalidades.
Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire
Origem: Santa Catarina
- 53) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00548/2017-60
Requerente: Luciano Luz Badini Martins
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Revisão. Decisão. Conselho Superior. Procurador-Geral de Justiça Adjunto. Expediente ID 2761581 (PAI nº 326/2016). Restituição de período de férias regulamentares e férias-prêmio.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Minas Gerais

- 54) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00551/2017-29
Requerente: Centro Espírita Ilê Axé de Sangô
Advogado: Hedio Silva Junior – OAB/SP n.º 146736
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Suspensão da tramitação do Inquérito Civil nº 0245.15.000031-4. 6ª Promotoria de Justiça da Comarca de Santa Luzia. Desrespeito à Resolução CNMP nº 23/2007. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta
Origem: Minas Gerais
- 55) Proposição nº 1.00582/2017-16
Requerente: Conselheiro Sérgio Ricardo de Souza
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Atuação dos Ministérios Públicos dos Estados e do Distrito Federal no Supremo Tribunal Federal e no Superior Tribunal de Justiça.
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta
Origem: Distrito Federal
- 56) Procedimento Avocado nº 1.00600/2017-88
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Maranhão
Interessados: Membro do Ministério Público do Estado do Maranhão; Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Maranhão
Objeto: Ministério Público do Estado do Maranhão. Avocação do Processo Administrativo nº 13204AD/2016 (REF. PA nº 11783AD/2016). Conforme decisão proferida na Avocação CNMP nº 1.01019/2016-39.
Relator: Cons. Valter Shuenquener de Araújo
Origem: Distrito Federal
- 57) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00618/2017-61
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Interessado: Membro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Revisão de decisão proferida no Procedimento Administrativo Disciplinar nº 2015.01266192. Baseada em informações colhidas na Reclamação Disciplinar CNMP nº 1.00509/2017-35.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Distrito Federal
- 58) Avocação nº 1.00629/2017-60
Requerente: Fábio Henrique dos Santos
Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná
Objeto: Ministério Público do Estado do Paraná. Avocação. Processo Administrativo Disciplinar nº 01/2017, instaurado contra servidor do Ministério Público do Estado do Paraná. Imparcialidade na elucidação dos fatos.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Paraná

- 59) Pedido de Providências nº 1.00673/2017-60 (Recurso Interno)
Recorrente: Antonio Clesio Cunha dos Santos
Recorridos: Adauto Luiz do Valle Barbosa; Ministério Público do Estado do Amapá
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Amapá. Ataques, ameaças e ofensas pessoais a membro. Referente à Reclamação Disciplinar n.º 1.00645/2017-34. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Lauro Machado Nogueira
Origem: Amapá
- 60) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00676/2017-21
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de Tocantins
Advogados: Renato Duarte Bezerra – OAB/TO n.º 4.296; Mauricio Cordenonzi – OAB/TO n.º 2223-b; Roger de Mello Ottano – OAB/TO n.º 2583
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado de Tocantins. Utilização de palavras e expressões desrespeitosas e ofensivas em manifestações processuais contra adolescentes em conflito com a lei e testemunha. Reclamação Disciplinar n.º 1.00621/2017-20.
Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire
Origem: Distrito Federal
- 61) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00679/2017-92
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de Alagoas
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado de Alagoas. Desobediência à taxonomia e à Resolução CNMP n.º 23/2007. Desobediência aos prazos processuais. Não tomada de providências.
Relator: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior
Origem: Distrito Federal

62) Proposição nº 1.00687/2017-20

Requerente: Conselheiro Fábio George Cruz da Nóbrega

Interessados: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Ministério Público do Estado da Bahia; Ministério Público do Estado da Paraíba; Ministério Público do Estado de Alagoas; Ministério Público do Estado de Goiás; Ministério Público do Estado de Mato Grosso; Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul; Ministério Público do Estado de Minas Gerais; Ministério Público do Estado de Pernambuco; Ministério Público do Estado de Rondônia; Ministério Público do Estado de Roraima; Ministério Público do Estado de Santa Catarina; Ministério Público do Estado de Sergipe; Ministério Público do Estado de São Paulo; Ministério Público do Estado de Tocantins; Ministério Público do Estado do Acre; Ministério Público do Estado do Amapá; Ministério Público do Estado do Amazonas; Ministério Público do Estado do Ceará; Ministério Público do Estado do Espírito Santo; Ministério Público do Estado do Maranhão; Ministério Público do Estado do Paraná; Ministério Público do Estado do Pará; Ministério Público do Estado do Piauí; Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro; Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte; Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul; Ministério Público do Trabalho; Ministério Público Federal; Ministério Público Militar

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Necessidade de especialização de órgãos do Ministério Público. Atuação em conflitos coletivos agrários e fundiários.

Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire

Origem: Distrito Federal

63) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00703/2017-84

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público

Requerido: Membro do Ministério Público do Trabalho

Objeto: Membro do Ministério Público do Trabalho. Utilização indevida do cargo. Facilidades e condições fático-jurídicas para arrematação e adjudicação de imóvel. Fatos apurados na Reclamação Disciplinar CNMP nº 1.00387/2017-23. Portaria CNMP-CN nº 147/2017.

Relator: Cons. Valter Shuenquener de Araújo

Origem: Distrito Federal

64) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00712/2017-75

Requerente: Euclides Marcos Pettersen Neto

Requerido: Ministério Público Federal

Interessado: Felipe Valente Siman

Advogados: Eduardo Parente dos Santos Vasconcelos – OAB/DF n.º 25.108; Hugo de Pontes Cezario – OAB/DF n.º 32.128

Objeto: Ministério Público Federal. Irregularidades. Nomeação de candidato aprovado no 25º Concurso para ingresso na carreira. Cargos de Procurador da República. Comprovação do requisito de atividade jurídica. Desrespeito aos ditames legais.

Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva

Origem: Distrito Federal

- 65) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00714/2017-82
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de Alagoas
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado de Alagoas. Comarca de Penedo. 1ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude. Não realização de oitivas informais de adolescentes. Não proposição de remissão. Ausência de fiscalização dos procedimentos de adoção. Falta de controle de registros.
Relator: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior
Origem: Distrito Federal
- 66) Procedimento Avocado nº 1.00753/2017-07
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Objeto: Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Procedimento Avocado. Representação por Remoção Compulsória nº 2016.0032.4905-02. Conforme decisão proferida na Avocação CNMP nº 1.00503/2017-03.
Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire
Origem: Distrito Federal
- 67) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00780/2017-80
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requeridos: Membros do Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Objeto: Membros do Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Prática de ato incompatível com a dignidade e decoro do cargo. Portaria CNMP-CN nº 159/2017. Baseada na Sindicância CNMP nº 0.00.000.000417/2016-48.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Distrito Federal
- 68) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00787/2017-65
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado da Paraíba
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado da Paraíba. Utilização indevida das prerrogativas do cargo. Portaria CNMP-CN nº 170/2017. Baseada na Reclamação Disciplinar nº 1.00642/2017-73.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Distrito Federal
- 69) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00792/2017-31
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público Federal
Objeto: Membro do Ministério Público Federal. Falta injustificada por 69 dias úteis. Portaria CNMP-CN nº 165/2017. Baseada nas informações colhidas na Sindicância CNMP nº 0.00.000.000308/2016-21.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Distrito Federal

- 70) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00794/2017-49
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público Federal
Objeto: Membro do Ministério Público Federal. Violação do dever legal de declarar-se impedido. Portaria CNMP-CN nº 169/2017. Baseada nas informações colhidas na Reclamação Disciplinar nº 0.00.000.000211/2016-18.
Relator: Cons. Valter Shuenquener de Araújo
Origem: Distrito Federal

RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE
Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público